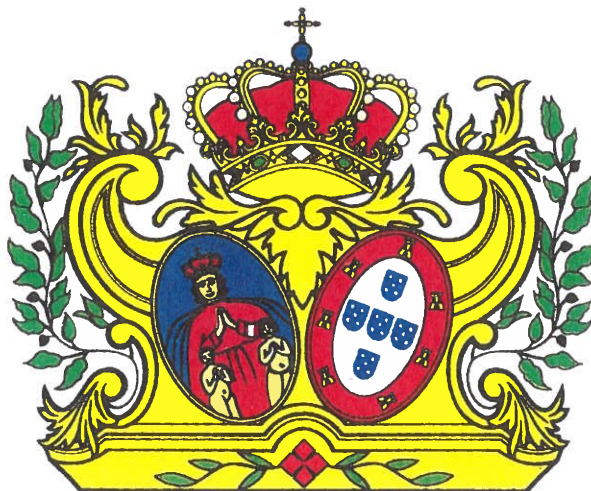




[Handwritten signatures and initials in blue ink]

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
E
CONTAS DE GERÊNCIA**

PERÍODO 2025



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top, a signature below it, and a signature at the bottom.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

DO

PERÍODO 2025



1. INTRODUÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Arouca foi fundada em 1610, com a missão de satisfazer carências, sociais e de saúde, e de praticar atos de culto católico, orientada pelos princípios da doutrina e moral cristã, exercendo a sua ação através da prática das catorze obras da misericórdia. Hoje em dia, intervém no campo da solidariedade social, da saúde e da cultura, desenvolvendo a sua atividade nas áreas da infância, sénior, família e comunidade, da saúde e da museologia, dando resposta diária a cerca de 300 utentes, ao nível das suas respostas sociais de apoio a idosos, a crianças e na provisão de refeições a agregados familiares carenciados.

Atualmente, são desenvolvidas as seguintes valências e serviços:

- Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, desde 1986;
- Serviço de Apoio ao Domicílio, desde 2000;
- Unidade de Cuidados Continuados e Internamento Privado, desde 2006;
- Núcleo Museológico da Capela da Misericórdia, desde 2008;
- Consultas Especialidades Médicas, Fisioterapia e Exames Auxiliares Diagnóstico, desde 2009;
- Centro de Dia (Urrô), desde 2011;
- Cantinas Sociais, desde 2012;
- Creche, desde 2013;
- Núcleo Museológico da Lavoura e do Linho, desde 2013;
- Centro de Dia (Tropeço), desde 2015.

Ao longo do ano 2025, a Mesa Administrativa continuou a trabalhar no sentido da consolidação das respostas sociais e dos serviços de saúde e da concretização da missão e dos projetos de investimento da Misericórdia de Arouca, procurando responder às necessidades da comunidade, de forma a crescer no valor social realizado e na melhoria das condições que oferece, não só aos seus utentes, mas também aos seus colaboradores.

Em 2025, Portugal apresentou uma economia estável e em crescimento moderado, com inflação controlada, melhoria das contas públicas e bom desempenho relativo na Europa. Contudo, continua a enfrentar desafios estruturais ligados à produtividade, desigualdades sociais, envelhecimento da população e pressão no mercado da habitação. No caso particular das Entidades do Setor Social, embora a inflação tenha abrandado, os efeitos acumulados dos anos anteriores continuam a pressionar os seus orçamentos, que dependem fortemente de financiamento público e das participações dos utentes, que nem sempre são suficientes para cobrir as suas



despesas. Outro desafio importante é a escassez de recursos humanos. As dificuldades em recrutar e reter profissionais, especialmente auxiliares de ação direta e técnicos especializados, devido aos horários de trabalho e aos salários relativamente baixos, praticados no setor social, contribuem para a alta rotatividade de trabalhadores e para a falta de mão-de-obra.

Apesar de todos estes desafios a Mesa Administrativa desenvolveu esforços no sentido de atingir os objetivos propostos no Plano de Atividades e de dar seguimento à sua missão como Instituição de solidariedade social, procurado modernizar os seus serviços, investir na digitalização e melhorar a qualidade das respostas sociais, indo ao encontro da prestação de um serviço de qualidade que responda às necessidades e expectativas dos utentes, das várias valências.

O presente Relatório de Atividades pretende dar a conhecer aos Irmãos a atividade desta Instituição, durante o ano de 2025, com enfoque nas Demonstrações Financeiras, o qual se submete à apreciação, discussão e votação da Assembleia-Geral da Santa Casa da Misericórdia de Arouca, a 28 de março de 2026, para cumprimento das imposições legais.

2. A IRMANDADE

Durante o ano de 2025, foram admitidos 12 Irmãos e saíram 14 Irmãos, 4 por desistência e 10 por falecimento. De referir, ainda, que 26 Irmãos passaram à situação de inativos por falta de pagamento das quotas, há mais de 3 anos consecutivos.

Em 31/12/2025, a Irmandade era constituída por 202 Irmãos ativos, repartidos da seguinte forma:

	N.º	%
Sexo Masculino	107	53%
Sexo Feminino	95	47%
Idade < 45	8	4,0%
45 > Idade < 65	52	25,7%
Idade > 65	142	70,3%
Inscrição < 1 ano	17	8,4%
1 > Inscrição < 5 anos	4	2,0%
5 > Inscrição < 10 anos	14	6,9%
Inscrição > 10 anos	167	82,7%

Em 2025, foram realizadas duas Assembleias Gerais Ordinárias: a primeira, em 29



de março, para apresentação, discussão e votação do relatório e contas de 2024, e a segunda, em 29 de novembro, para apreciação, discussão e aprovação do Plano de Atividades e Orçamento de exploração previsional e de investimentos, para o ano de 2026.

Os atuais Órgãos Sociais, eleitos para desempenharem funções no quadriénio 2023 – 2026, tomaram posse no dia 12 de janeiro de 2023.

3. A ATIVIDADE OPERACIONAL

3.1 – FACTOS RELEVANTES

O ano de 2025, vai ficar marcado, na história desta Instituição, pela conclusão da obra de requalificação e ampliação da ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS (ERPI), projeto que foi o foco da Mesa Administrativa, nos últimos 3 anos, e que transformou o edifício num espaço mais confortável, funcional e seguro, para os utentes e colaboradores, traduzindo-se numa melhoria das condições de trabalho e possibilitando a introdução de tecnologias de informação, a promoção das práticas de envelhecimento ativo e saudável e a melhoria dos cuidados prestados.

Foi uma obra de fundo num edifício que foi contruído há 40 anos e que necessitava de ser requalificado a vários níveis. A concretização do projeto permitiu a ampliação da cozinha, a remodelação do refeitório, da sala de convívio e dos vestiários dos colaboradores, a criação de uma enfermaria, de um banho assistido e de uma sala de estar para utentes mais dependentes, a construção de 4 novos quartos duplos e a instalação de um terceiro elevador, que permite maior mobilidade aos utentes e melhor fluidez do serviço.

A empreitada foi consignada, em 29.02.2024, à empresa RUCE – Construção e Engenharia, com um prazo de execução de 6 meses, no entanto no decorrer da empreitada diversas circunstâncias supervenientes à contratação puseram em causa a sua conclusão no prazo inicialmente previsto. Por um lado, pelos condicionalismos trazidos pelo funcionamento, em simultâneo, dos serviços da ERPI, quer em termos de programação dos trabalhos, quer no âmbito das medidas de segurança a adotar e, por outro lado, a adequação das soluções previstas em projeto às circunstâncias encontradas no decorrer da obra, nomeadamente à necessidade de proceder à alteração das cotas das fundações e à adaptação da rede de saneamento e de outras infraestruturas. Assim, apesar do espírito de cooperação manifestado entre os intervenientes, os referidos constrangimentos que foram surgindo no decorrer da obra, e a necessidade de proceder à execução de diversos trabalhos complementares, que implicaram na redefinição do encadeamento das tarefas, levaram a Mesa



Administrativa aprovar, por três vezes, prorrogações ao prazo de conclusão da empreitada, a qual acabou por ser concluída a 31.10.2025.

Em termos financeiros, a obra foi adjudicada pelo valor de 1.848.451,51€, acrescido de IVA. No entanto, a necessidade de execução de trabalhos complementares, de alteração de materiais e de trabalhos extracontratuais, somada à revisão de preços levou a que o valor total da empreitada atingisse o valor de 2.133.334,83€, acrescidos de IVA.

Esta empreitada foi financiada pelo ISS, IP através do programa PARES 3.0. O contrato de comparticipação financeira previa um financiamento público no valor de 1.218.516,00€, mas foi acrescido de 307.942,40€ ao abrigo da portaria n.º 19/2024, de 26 de janeiro. Para além deste financiamento, a Misericórdia de Arouca apresentou uma candidatura ao Município de Arouca – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Social, a qual se traduziu num subsídio no valor de 9.277,52€. O valor dos reembolsos do IVA atingiu os 245.333,51€. Os restantes 842.932,42€ foram assumidos pela Misericórdia de Arouca, sem recurso a qualquer financiamento bancário.

Como já referimos, a complexidade desta obra levou a atrasos na sua conclusão que impactaram na atividade normal da valência, desde logo, na suspensão da admissão de novos utentes que naturalmente foi levando à gradual diminuição das frequências, com consequências na da faturação da valência e nas comparticipações pagas pela Segurança Social, conforme será explanado mais à frente. Por outro lado, foi necessário proceder a constantes adaptações de espaços e alterações no serviço, de forma a manter as condições de segurança e conforto dos utentes, que obrigaram a um esforço suplementar dos colaboradores da valência, aos quais queremos deixar aqui registado o nosso apreço e agradecimento. Estamos certos que foi graças ao seu empenho, à nossa união e à colaboração e compreensão dos utentes e das suas famílias que conseguimos concretizar este enorme objetivo.

Com a conclusão da empreitada, foi introduzida uma nova metodologia de trabalho na ERPI, com recurso a meios informáticos e digitais para registos diários, no processo individual e clínico dos utentes, respondendo à necessidade de adaptar o serviço às exigências atuais, através da utilização de aplicações de gestão da atividade de vida diária dos utentes. Esta metodologia, que proporciona uma nova forma de registar e de documentar os cuidados prestados, dando visibilidade aos contributos do trabalho desenvolvido por todos os colaboradores envolvidos, obrigou a um investimento não só em software, mas também na instalação de terminais digitais, em diversos espaços da ERPI.

No decorrer do ano 2025, a Mesa Administrativa concretizou, ainda, obras de manutenção e aquisição de equipamentos, de forma a colmatar necessidades de conservação de infraestruturas e de melhoria de condições, as quais formam financiadas com recurso a fundos próprios. De todas, destacam-se:



- No **HOSPITAL**: uma remodelação do consultório médico e da copa da UCC que custou 6.874,62€ e uma ampliação do parque de estacionamento no valor de 12.488€. Foram, também, adquiridos equipamentos informáticos no valor de 3.130€ e equipamentos médicos no valor de 57.968,33€, dois quais 53.844,48€ correspondem à aquisição de um novo ecógrafo.
- Para a **ERPI** foram adquiridas novas camas articuladas e cadeiras de rodas no valor de 7.369€, equipamento informático no valor de 1.094€, mobiliário administrativo no valor de 2.454€ e equipamento de limpeza no valor de 6.960€. Foram também substituídos os cortinados dos quartos da ala poente do edifício (9.284€) e instalada uma cobertura na varanda sul do edifício (10.815€).
- Na **CRECHE** procedeu-se à remoção dos equipamentos do parque infantil, que já estavam desgastados, e à substituição do piso, não só desse parque como da varanda, investimento que ascendeu a 12.100€.
- Com a ampliação e remodelação da cozinha central de Instituição houve necessidade de adquirir novos equipamentos, investimento que ascendeu os 60.591€.
- Em termos de software foi feito um investimento no programa informático para a ERPI, no valor de 2.878€ e num sistema de cyber segurança, no valor de 1.167€.

Para além desses investimentos, foi adquirida uma viatura elétrica, ligeira de passageiros de 9 lugares, adaptada ao transporte de pessoas com mobilidade reduzida, no valor de 58.562,06€, financiada pelo PRR – Mobilidade Verde Social, em 40.000,00€.

Durante o ano de 2025, foi proposto à Mesa Administrativa, pelo Centro Distrital de Segurança Social de Aveiro, o alargamento das vagas do acordo de cooperação para a ERPI, que é de 90 utentes, de forma a abranger a capacidade total da valência, ou seja, passar o acordo de 90 para 110 utentes. Esta proposta foi aceite e traduz-se na transformação do espaço das suites em quartos individuais, bem como no aumento do número de casas de banho, situação que levou ao desenvolvimento de um projeto de adequação das instalações e a uma candidatura ao PRR para o financiamento da sua execução. A candidatura foi aprovada e traduz um financiamento no valor de 745.450€. Foi já dado início ao procedimento adjudicatório para a execução da empreitada que tem um prazo previsto de 100 dias. A adjudicação foi feita à empresa RUCÉ – Construção e Engenharia, S.A. pelo valor de 744.955,07€ acrescido de IVA.

À semelhança do tem acontecido em anos anteriores, no ano de 2025, foram desenvolvidas diversas atividades de CULTO CATÓLICO e culturais, de interação com a comunidade, famílias dos utentes e com outras instituições, bem como ações de animação conjuntas, nas várias valências da Misericórdia, inseridas nos costumes e cultura locais, com o objetivo de valorizar as épocas festivas, tradições e práticas socioculturais da comunidade arouquense e de fomentar o envelhecimento ativo, nomeadamente:



- A peregrinação anual dos utentes ao Santuário de Fátima;
- A secular Procissão dos Fogaréus, na quarta feira da Semana Santa e restantes celebrações da Páscoa;
- O concerto de órgão ibérico, no cadeiral do Mosteiro de Arouca e a celebração da Eucaristia de Ação de Graças, comemorativos do aniversário da fundação da Misericórdia;
- As festas de fim de ano letivo da CRECHE e as festas de Natal, dos utentes e dos colaboradores;
- Comemoração de diversas efemérides como o Dia Mundial do Doente, o Dia dos Namorados, o Dia do Pai, o Dia da Mãe, o Dia da Criança e o Dia dos Avós, no sentido de promover as relações sociais de convivência e entreajuda, o convívio interinstitucional e intergeracional, através do envolvimento dos utentes das várias valências, desde a infância aos seniores.

No que respeita ao quadro de pessoal, a Misericórdia de Arouca está empenhada no recrutamento de colaboradores qualificados e com competências adequadas à promoção da qualidade de vida dos seus utentes, pois reconhece que os seus recursos humanos são o fator essencial para a diferenciação e qualidade do serviço prestado e para concretização da sua missão. No entanto, cada vez mais sente dificuldades no recrutamento, dada a crescente escassez de recursos humanos disponíveis para trabalhar no setor social. Este tem sido o maior desafio com que nos debatemos e que se tem tentado contornar com aumentos salariais, como forma de motivação, e com melhoria das condições de conforto, higiene, segurança e bem-estar no trabalho.

Para desenvolvimento da sua atividade operacional, em 2025, a Misericórdia de Arouca contou com um número médio de 152 colaboradores, o que traduz um acréscimo de 5, relativamente ao ano de 2024. Este aumento está relacionado com o reforço de auxiliares de ação direta e de enfermeiros, na ERPI, após as obras de ampliação. Para além, do seu quadro de pessoal, colaboram com a Instituição cerca de 60 trabalhadores independentes e, quotidianamente, interagimos com uma ampla carteira de fornecedores de bens e serviços contribuindo assim, indiretamente e, de forma muito significativa, para o desenvolvimento do nosso Concelho.

Com o objetivo de continuar a disponibilizar à comunidade mais serviços, sociais e de saúde, mantivemos ou alargamos as parcerias, os acordos e os protocolos com os Ministérios da Segurança Social e da Saúde, Instituto de Emprego e Formação Profissional, Subsistemas de Saúde, Seguradoras, Município de Arouca, União das Misericórdias Portuguesas, Agrupamento de Escolas de Arouca, Associação Empresarial de Cambra e Arouca, entre outros.

3.2 – SERVIÇOS DE SAÚDE

Desde 2006, ano em que reiniciamos a atividade do HOSPITAL DA MISERICÓRDIA, pretendemos prestar um serviço de proximidade e qualidade, num esforço contínuo



por assegurar a melhoria e diversificação dos serviços de saúde, rentabilizando os meios, materiais e humanos, disponíveis. Hoje em dia, a prestação de SERVIÇOS DE SAÚDE assume um papel relevante no âmbito da atividade da Instituição, nomeadamente os exames complementares de diagnóstico, a fisioterapia, as consultas e os internamentos os quais, em 2025, representaram 63.6% do volume global dos serviços prestados.

De forma a garantir uma maior acessibilidade, uma maior satisfação dos nossos utentes e uma diversificação da nossa oferta de serviços e de especialidades médicas, em 2025, foram alargados os protocolos e acordos com subsistemas de saúde e seguradoras, como: Medicare, Lusitânia (sinistrados), Allianz (terapia da fala), Multicare (medicina dentária), Future Healthcare (enfermagem) e com a Administração Central do Sistema de Saúde, IP, neste caso, com a inclusão de exames médicos na área da cardiologia.

Em termos de atendimentos nos serviços de saúde, comparativamente ao ano transato, houve um aumento em todos os serviços, exceto na radiologia e nas consultas de especialidades médicas que conheceram uma ligeira diminuição. De referir que, no caso da gastroenterologia e da cardiologia, o aumento não está relacionado apenas com o aumento da procura em 2025, mas também com o encerramento desses serviços, para obras de requalificação, entre meados de junho a finais de julho, de 2024.

O comparativo de atendimentos de 2025 e 2024, está espelhado no quadro que se segue:

		2025	2024	Variação 2024-25	Variação %
Fisioterapia	N.º de atendimentos	4.120	3.641	+479	+13,16%
Radiologia	N.º exames realizados	6.743	7.659	- 916	- 11,96%
Cardiologia	N.º exames realizados	4.793	3.981	+812	+20,40%
Gastroenterologia	N.º exames realizados	1.355	1.119	+236	+21,09%
Consultas de Especialidades	N.º de atendimentos	3.763	3.775	- 12	-0,32%
Colheitas de Análises Clínicas	N.º de atendimentos	2.798	2.560	+238	+9,30%
Outros exames médicos (audiologia, eletromiografia)	N.º exames realizados	314	224	90	+40,18%



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Outros serviços prestados no HOSPITAL são o Internamento Privado e os Cuidados Continuados Integrados. Este último resulta de um protocolo com os Ministérios da Saúde e da Segurança Social, que contempla catorze camas em Unidade de Longa Duração, para internamentos de duração ilimitada, e seis camas em Unidade de Média Duração, para internamentos de noventa dias de duração. Por sua vez, o Internamento Privado dá resposta às necessidades de particulares e beneficiários de seguradoras ou outros subsistemas de saúde, disponibilizando nove camas.

O movimento de utentes nestes serviços, durante os anos de 2024 e 2025, está espelhado no quadro abaixo:

Tipologia	Vagas	Admissões		Taxa Média de Ocupação	
		2025	2024	2025	2024
Unid. Média Duração	6	11	12	98,07%	99,8%
Unid. Longa Duração	14	6	8	99,45%	99,3%
Internamento Privado	9	14	11	88,36%	79,18%

No que respeita às comparticipações dos acordos de cooperação com os Ministérios da Segurança Social e da Saúde para a UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS, em 2025, houve aumentos de 2,46€ na diária da Unidade de Média Duração e Reabilitação, que passou para 105,21€, e de 4,07€ na diária da Unidade de Longa Duração e Manutenção que passou para 86,11€. Quanto à diária do internamento privado também foi aumentada, em 4€, passando para 119€.

3.3 – RESPOSTAS SOCIAIS

Considerando os serviços das respostas sociais a principal razão de existência da Misericórdia de Arouca, o bem-estar dos nossos utentes e a inclusão social dos mais vulneráveis continuou a ser o nosso foco, com o cumprimento dos planos de animação sócio cultural, o acompanhamento espiritual e religioso e os cuidados de saúde e de dieta alimentar, em todas as valências.

Em 2025, as comparticipações financeiras da Segurança Social, devidas por força dos acordos celebrados para as respostas sociais, à exceção do Serviço de Apoio ao Domicílio, foram atualizadas da seguinte forma:

- Na ERPI: 12%;
- No Centro de Dia 6,1%
- Na Creche 8.5%.

De realçar o aumento da comparticipação das vagas cativas em ERPI, que no caso da Misericórdia de Arouca são 9, e que, em 2025, tiveram um aumento de 533€, por mês, passando para 1.629€, por mês, por utente.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Também a valência CANTINAS SOCIAIS conheceu uma atualização da comparticipação da Segurança Social, a partir do segundo semestre de 2025, passando, o valor pago por refeição, de 3,75€ para 3,93€.

No que respeita ao acordo de cooperação para o Centro de Dia de Tropeço é de referir que o mesmo foi revisto, em março de 2025, tendo diminuído de 10 para 9 os utentes comparticipados, por se ter registado uma frequência inferior ao acordo, durante 6 meses consecutivos.

O número médio de utentes a frequentar as valências sociais, face ao ano transato, aumentou na Creche e nos Centros de Dia e diminuiu nas restantes valências, conforme consta do quadro abaixo:

	Capacidade da Valência	N.º de Utentes abrangidos pelo acordo com o ISS	N.º Médio de Utentes 2025	N.º Médio de Utentes 2024
ERPI	110	90	74	84
Serviço Apoio Domicílio	42	39	35	39
Centro de Dia de Urrô	50	48	45	41
Creche	45	45	42	41
Centro de Dia de Tropeço	15	9	9	7
Serviço Apoio Domicílio Tropeço	15	12	11	12
Cantinas Sociais (*)	330	330	107	242

(*) Número refeições disponibilizadas mensalmente.

A diminuição da frequência dos utentes em ERPI está relacionada com a empreitada de ampliação e requalificação do edifício, pois não houve admissões de utentes, entre abril de 2024 e novembro de 2025, período em que decorram as obras.

4. Análise económica e financeira

Tendo por base este relato da atividade da Santa Casa da Misericórdia de Arouca durante o período de 2025, e com o intuito de dar a conhecer a sua situação económica e financeira, presta-se a seguinte informação, de acordo com os elementos constantes nas Demonstrações Financeiras, elaboradas de acordo com o Regime de Normalização Contabilística das Entidades do Setor Não Lucrativo.



4.1 – PERSPETIVA FINANCEIRA - BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2025, o **Ativo Líquido** da Instituição cifrava-se em 11.418.331,76€ traduzindo um acréscimo de cerca 9,58%, relativamente ao período transato, que se cifrou em 10.420.469,22€.

No que respeita ao **ATIVO NÃO CORRENTE** conheceu um acréscimo de 1.441.362€ justificado pelo aumento dos **Ativos Fixos Tangíveis (AFT)**, que corresponde sobretudo ao investimento na requalificação e ampliação da ERPI, mas também aos já referidos investimentos na aquisição de equipamentos e na manutenção de edifícios, deduzidos do valor das depreciações (260.789€) e dos equipamentos abatidos, por desgaste ou avaria irreparável (32.546€).

Quanto ao **ATIVO CORRENTE** sofreu um decréscimo de 443.499€ justificado pela diminuição das disponibilidades em **Caixa e Depósitos Bancários** (- 521.180€), relacionada com o pagamento da empreitada de requalificação e ampliação da ERPI, que foi assegurado por autofinanciamento. Apesar disso, houve aumentos nas rubricas **Créditos a Receber**, de clientes e utentes, (15.807€) e **Outros Ativos Correntes** (114.958€).

Esta rubrica '**Outros Ativos Correntes** (*Outras Contas a Receber*)' atingiu o valor de 1.164.189,57€ e reflete, fundamentalmente, as verbas que se encontram por receber do IGFSS (13.299€), do FRSS (1.583€), das Unidades Locais de Saúde (162.139€), da ADSE (10.244€), da ACSS (50.647€), do Município de Arouca (5.722,18€) e do Instituto da Segurança Social (845.272€).

De realçar que, no que se refere à verba a receber da Segurança Social, e apesar de, durante o ano de 2025, terem sido reembolsados 657.022€ do PARES 3.0, pelo projeto de requalificação e ampliação da ERPI, ficaram ainda por receber 76.322€. Por outro lado, a aprovação da candidatura ao PRR para ampliação da capacidade da ERPI traduz-se num financiamento no valor de 745.450€, também espelhado nessa rubrica, assim como o valor que falta receber do projeto 'Mobilidade Verde' para aquisição de viaturas elétricas (23.500€).

A diminuição da rubrica **Estado e Outros Entes Públicos** (-60.192€) está relacionada com conclusão da empreitada de requalificação e ampliação da ERPI e a consequente redução dos pedidos de reembolsos do IVA suportado.

O valor dos **Inventários** (61.744,25€) traduz o valor das existências de materiais em stock, a 31/12/2025, distribuídos por Matérias-primas [géneros alimentares] (4.960,80€), Matérias de consumo (49.239,70€) e Materiais Diversos (7.543,75€). Estes últimos referem-se a um donativo em géneros - vestuário de criança – de uma empresa têxtil à Misericórdia de Arouca, em 2012, o qual tem vindo a ser consumido e doado.



Os **FUNDOS PATRIMONIAIS** atingiram o valor de 10.170.315,69€, tendo conhecido os seguintes movimentos no período:

- A rubrica de **Resultados Transitados** conheceu um aumento pela afetação do Resultado Líquido do período de 2024 (98.974,80€);
- A rubrica de **Outras Variações nos Fundos Patrimoniais**: diminuiu pela imputação dos subsídios ao investimento e das doações (64.919€) e aumentou pela doação de 30 camas hospitalares (3.000€) e pelo reforço dos subsídios ao investimento, nomeadamente do PRR – Mobilidade Verde (51.500€) e do PRR – Alargamento da Capacidade da ERPI (745.450€).

Quanto ao **PASSIVO**, atingiu o valor de 1.248.016,07€, não existindo quaisquer movimentos no **PASSIVO NÃO CORRENTE**.

No **PASSIVO CORRENTE** a rubrica **Fornecedores** traduz o valor que a Instituição lhe devia (146.146,33€), a 31/12/2025. A rubrica **Estado e Outros Entes Públicos** (80.463,16€) traduz o valor das retenções de IRS e da Taxa Social Única, aos colaboradores, relativos ao mês de dezembro de 2025, a pagar em janeiro de 2026.

A rubrica **Diferimentos** (54.372,41€) reflete o valor da conta 282 – rendimentos a reconhecer, que engloba, além da retenção de garantia da empreitada de construção do Hospital (46.798,66€), o valor do vestuário de criança por utilizar (7.543,75€), relativo ao donativo em géneros.

Outros Passivos Correntes (*Outras contas a pagar*) reflete fundamentalmente a estimativa de férias e de subsídio de férias, de 2025, a pagar em 2026 (424.988,60€), valores dos utentes que se encontram à guarda da Instituição (52.402,28€) e as cauções retidas aos empreiteiros RUCE – Construção e Engenharia, Lda. (101.172,85€) e ROF, Lda (4.649€), as dívidas a fornecedores de investimentos (193.982€) e o valor das remunerações ao pessoal, do mês de dezembro de 2025 cujo pagamento só se concretizou no início de janeiro de 2026 (179.504,89€).

4.2 – PERSPETIVA ECONÓMICA - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O total dos **RENDIMENTOS** cifra-se em 4.842.998,76€, traduzindo um aumento 232.582,61€, cerca de 5% relativamente ao registado no período de 2024, justificado por acréscimos nas contas 72 – Prestação de Serviços e 75 - Subsídios, Doações e Legados à Exploração.



A conta **72 – Prestações de Serviços** representa 57,8% do total dos Rendimentos, atingiu o valor de 2.800.783,75€ o que representa um acréscimo de global de 139.000€, mais 5,22% relativamente ao ano transato, o qual está relacionado com:

1 – Ao nível da prestação de serviços de saúde, a conta 725 conheceu um aumento de 194.308€, quando comparada com o ano de 2024, o que representa um aumento de 12.25% na faturação destes serviços. O internamento privado (+52.955€), a cardiologia (+26.062€), a gastroenterologia (+31.734€) e a fisioterapia (+68.961€) foram os serviços que mais contribuíram para esse aumento. De realçar que, em 2024, os serviços de gastroenterologia e cardiologia estiveram encerrados cerca de um mês e meio, por motivos de obras, o que, em parte, explica, a diferença na faturação, entre os dois anos, apesar de em 2025 ter havido um aumento da procura destes serviços, conforme referido anteriormente 'no ponto 3.2 – Serviços de Saúde'.

2 – Ao nível dos serviços sociais, a conta 721 - Mensalidades de Utentes, registou um decréscimo de 55.407€, face ao ano de 2024. Apesar do aumento registado no Centro de Dia de Urrô (44.872€) e no Centro de Dia de Tropeço (6.819€), houve diminuição no SAD (-2.026€), na Creche (-6.310€) e nas Cantinas Sociais (-535€), mas a principal diminuição na faturação sentiu-se na ERPI, não só nas mensalidades dos utentes (- 89.766€) como na comparticipação dos seus descendentes (- 8.461€). Esta redução de faturação está diretamente relacionada com a diminuição da frequência de utentes, já referida, no ponto '3.3 – Serviços Sociais', à exceção da Creche, onde deixaram de ser cobradas mensalidades aos utentes, em 2025, por todos estarem abrangidos pela "regra da gratuidade".

De referir que esta diminuição de cerca de 98.000€ na faturação da ERPI, está relacionada com a suspensão da admissão de utentes durante a empreitada, que acabou por se prolongar por mais tempo do que o esperado, devido às prorrogações de prazo de conclusão da mesma, e que teve um impacto extremamente negativo nos resultados líquidos do ano de 2025.

Quanto à conta **75 – Subsídios, Doações e Legados à Exploração**, representa 40% do total dos rendimentos, atingiu o valor de 1.941.648,82€, traduzindo um aumento de 118.338€, mais 6.5% relativamente ao ano de 2024. Engloba as comparticipações:

- Do Instituto da Segurança Social (1.535.045,37€) que conheceram um acréscimo de 116.126,44€ (+8,18%), conforme já abordado no ponto '3.3 – Respostas Sociais';
- Da ARS Norte/ACSS (384.658€) que conheceram um acréscimo de 5.985€ (+1,8%);
- O subsídio à exploração do Município de Arouca (18.000€) e as doações de particulares (3.945€).

A **conta 78 – Outros Rendimentos** atingiu o valor de 81.209,39€, menos 7.227€ que em 2024. Inclui os rendimentos como a imputação dos subsídios aos investimentos (63.457€) e dos AFT doados à Entidade (1.462€), as quais são feitas,



anualmente, na proporção das depreciações dos ativos fixos tangíveis financiados, e a indemnização de colaboradores, por falta do aviso prévio contratado (2.611,98€) e os reembolsos de despesas de funerais de utentes (3.000€).

A conta **79 – Juros Dividendos e Outros Rendimentos Similares** atingiu o valor de 19.356,80€, menos 17.528€ em relação a 2024, em consequência da diminuição do valor aplicado em depósitos a prazo e da redução das taxas de juro, durante o ano de 2025.

Ao analisar a estrutura dos **GASTOS** verifica-se uma execução de 4.897.533,84€, o que traduz um acréscimo de 386.092,49€, mais 8,55% em relação ao período anterior. Todas as rubricas de Gastos conheceram aumentos à exceção da 65 – Perdas por imparidade, como se descreve de seguida.

A conta **61 – Gastos com Matérias Consumidas** atingiu o valor de 448.358,99€, representando um ligeiro aumento de 6.803€, mais 1,54% comparativamente ao ano de 2024. Apesar dos aumentos provocados pela inflação, houve uma diminuição dos consumos de géneros alimentares (-6.836€), de produtos de incontinência (-2.783€) e material de autoproteção (-686€) e detergentes de lavandaria (-146€) que estará relacionado com a diminuição das frequências de utentes.

A conta **62 – Fornecimentos e Serviços Externos** apresentou um aumento de 108.366,41€ em relação ao período de 2024, atingindo o valor de 1.063.330,64€. Nesta conta estão espelhados os gastos com trabalhos especializados, publicidade, energia, combustíveis, comunicações, material de escritório, seguros, reparações, entre outros. São de realçar o aumento da subconta **honorários** (63.128€) relacionada com o já referido aumento da atividade dos serviços de saúde e com a contratação de mais médicos para a ERPI e para a UCC, o aumento dos gastos com **eletricidade** (+6.581€) e com **gás** (+15.017€).

Os **Gastos com o Pessoal - conta 63**, representam 62,4% do total dos gastos da Instituição, atingiram o valor de 3.057.072,34€ conhecendo um acréscimo de 250.634€, mais 8,93% relativamente ao ano transato. O aumento do número médio de colaboradores ao serviço da Instituição, de 147 para 152, o aumento do Salário Mínimo Nacional, de 820€ para 870€, o aumento de 5% dos salários das restantes categorias, o aumento do subsídio de alimentação de 4,70€ para 5,10€, as diuturnidades adquiridas, as reclassificações/promoções efetuadas no decorrer do ano, bem como o pagamento de um prémio extraordinário de desempenho, no valor de 500€, pago a cada um dos colaboradores da ERPI, como forma de os compensar por todos os constrangimentos sofridos durante os 19 meses de duração da empreitada.

Quanto conta **64 – Gastos de depreciação**, apresenta o valor de 260.789,99€, que traduz um aumento de 14.913€ comparativamente ao período anterior, sobretudo justificado pelo início da depreciação da requalificação e ampliação da ERPI (4.123,82€)



do novo equipamento de cozinha (2.983€) bem como pelo diverso equipamento e obras de remodelação anteriormente referidas.

A conta **65 – Perdas por imparidade** apresenta o valor de 9.795,92€, traduzindo um decréscimo de 4.278€, relativamente a 2024. Representa dívidas de utentes que não foram liquidadas, durante o ano, apesar dos processos jurídicos desencadeados, no sentido de as recuperar.

A **conta 68 – Outros gastos** – Atingiu o valor de 58.185,96€, apresentando um aumento de 9.652€, em relação ao ano 2024. Esta conta engloba entre outros, os gastos com impostos indiretos e taxas (3.686€), as correções relativas a exercícios anteriores (646€), donativos concedidos (896€), quotizações (3.800€), despesas de funeral de utentes (6.000€) e insuficiência da estimativa do subsídio de férias (41.796€).

Tendo em conta a inexistência de financiamento bancário, por parte da Instituição, a **conta 69 – Gastos de Financiamento** não apresenta movimento, no ano de 2025.

Fecha-se, assim, o ano de 2025, com um **Resultado Líquido negativo de 54.535,08**, situação que consideramos atípica e excecional, que se justifica pela diminuição da atividade da valência ERPI, provocada pelas obras de requalificação.

4.3 – DESVIOS ORÇAMENTAIS

Como referimos, do período em análise, resultaram RENDIMENTOS no montante de 4.843.992,42€ e GASTOS no montante de 4.898.527,50€, o que se traduz num **RESULTADO LÍQUIDO NEGATIVO, PARA O PERÍODO DE 2025, DE 54.535,08€**.

Na tabela seguinte faz-se o comparativo dos valores efetivos com os previsionais:

Rubrica	Valor Previsional	Valor Efetivo	Desvio %
Rendimentos	4.726.677,47 €	4.843.992,42€	+ 2,34%
Gastos	4.651.970,39 €	4.898.527,50€	+ 5,40%
Resultado Líquido	+ 74.707,08 €	- 54.535,08€	

Os valores constantes da Conta de Exploração Previsional ficaram aquém dos valores efetivos atingidos no período em análise. Podemos constatar um desvio positivo nos rendimentos reais face aos rendimentos previsionais de 2,34% e um desvio positivo de 5,40% nos gastos reais face aos previsionais. Não foram



suficientemente aprovisionados os aumentos da faturação e dos subsídios recebidos, nem o aumento dos fornecimentos e serviços externos e dos gastos com pessoal, derivados do aumento no número médio de trabalhadores. Ainda assim, trata-se de variações inferiores a 15%, não carecendo, portanto, de uma revisão orçamental.

5. Proposta de aplicação dos resultados

Em conformidade com as Demonstrações Financeiras apresentadas, para o período de 2025, é apresentado um resultado líquido negativo de 54.535,08€, propondo-se a sua incorporação na conta Resultados Transitados.

6. Considerações Finais

A Mesa Administrativa, no cumprimento da alínea e) do artigo 27º do Compromisso da Irmandade, submete à apreciação, discussão e votação dos Irmãos reunidos na Assembleia-Geral Ordinária de 28 de março de 2026, as Demonstrações Financeiras e Anexo, relativos ao período de 2025.

O presente relatório contempla a atividade desenvolvida, pela Misericórdia de Arouca, nas diferentes respostas sociais e serviços de saúde.

O período em análise foi objeto de Certificação Legal de Contas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas - Armando Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, Lda, tendo sido aplicado o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SCN-ESNL, publicado pelo Decreto-Lei n.º 36/A-2011, de 9 de Março).

A Santa Casa da Misericórdia de Arouca não tem em mora qualquer dívida à Autoridade Tributária e Aduaneira, à Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas ou privadas.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

7. Conclusão

Em termos de conclusão, o presente Relatório de Atividades reflete o compromisso permanente da Mesa Administrativa com a missão da Misericórdia de Arouca de apoio e promoção do bem-estar da nossa comunidade. Importa salientar o esforço contínuo na melhoria das condições de funcionamento das respostas sociais, bem como na promoção de práticas que reforcem a sustentabilidade e a qualidade dos serviços prestados.

Ao longo do ano 2025, procuramos responder de forma responsável e solidária às necessidades dos nossos utentes, assegurando a continuidade e qualidade das respostas sociais prestadas. Foi um ano de muitos desafios, nomeadamente ao nível do aumento dos custos de funcionamento das valências, da escassez de recursos humanos e sobretudo da conclusão da grande obra de requalificação da ERPI, com todos os impactos referidos. No entanto, reafirmamos o compromisso da Misericórdia em continuar a desenvolver a sua atividade com responsabilidade, proximidade e solidariedade, procurando responder de forma eficaz aos desafios sociais atuais e futuros, sempre com o objetivo de promover a dignidade, a inclusão e o bem-estar das pessoas e da comunidade que serve.

8. Agradecimentos

A Mesa Administrativa quer aqui expressar o seu sincero agradecimento a todos aqueles que, de diferentes formas, contribuíram para a concretização das atividades desenvolvidas e para o cumprimento da missão da Misericórdia de Arouca, ao longo do ano de 2025.

Uma palavra de especial reconhecimento é dirigida aos nossos colaboradores, pelo seu profissionalismo, dedicação e espírito de missão, no acompanhamento diário dos nossos utentes.

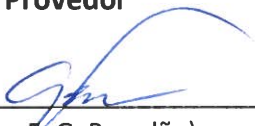
Agradecer, igualmente, aos Irmãos, aos Órgãos Sociais, aos parceiros institucionais, entidades públicas e privadas, bem como a todos utentes, fornecedores, benfeitores e à comunidade em geral, pelo apoio, colaboração e confiança demonstrados.



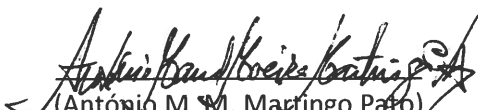
Arouca, 12 de março de 2026.

A Mesa Administrativa

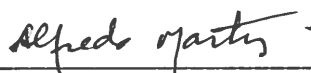
O Provedor


(Victor F. G. Brandão)

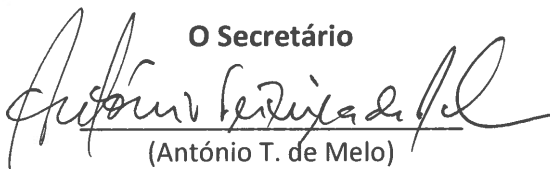
O Vice-Provedor


(António M. M. Martingo Pato)

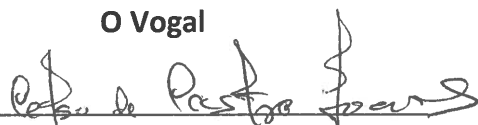
O Tesoureiro


(Alfredo B. Martins)

O Secretário


(António T. de Melo)

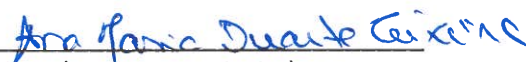
O Vogal


(Celso C. Soares)

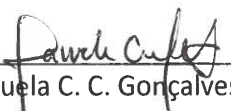
O Vogal


(Ilídio P. L. S. Ferreira)

O Vogal


(Ana M. D. Teixeira)

**A Contabilista Certificada
n.º 53645**


(Manuela C. C. Gonçalves)



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2025	31-12-2024
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	8.228.378,47	6.790.143,53
Bens do património histórico e cultural	5	205.011,31	205.011,31
Propriedades de investimento	-	-	-
Ativos intangíveis	6	3.740,50	613,29
Investimentos financeiros	18.2	14.468,54	14.468,54
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	-	-	-
Subtotal		8.451.598,82	7.010.236,67
Ativo corrente			
Inventários	9	61.744,25	56.921,80
Créditos a Receber	18.3	116.507,60	100.700,16
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-
Estado e outros Entes Públicos	18.9	33.152,77	93.345,62
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	-	-	-
Outros ativos correntes	18.4	1.164.189,57	1.049.231,09
Diferimentos	18.5	15.352,54	13.067,51
Caixa e depósitos bancários	18.6	1.575.786,21	2.096.966,37
Subtotal	-	2.966.732,94	3.410.232,55
Total do Ativo	-	11.418.331,76	10.420.469,22
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	18.7	148.895,87	148.895,87
Excedentes técnicos	-	-	-
Reservas	18.7	981.375,44	981.375,44
Resultados transitados	18.7	4.918.149,94	4.819.175,14
Excedentes de revalorização	18.7	95.804,26	95.804,26
Outras variações nos fundos patrimoniais	18.7	4.080.625,26	3.345.594,26
Resultado Líquido do período	-	(54.535,08)	98.974,80
Total do fundo do capital	-	10.170.315,69	9.489.819,77
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	-	-	-
Provisões específicas	-	-	-
Financiamentos obtidos	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	-
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	18.8	146.146,33	141.745,31
Adiantamentos de clientes	-	-	-
Estado e outros Entes Públicos	18.9	80.463,16	68.203,25
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	-	-	-
Financiamentos obtidos	8	-	-
Diferimentos	18.5	54.372,41	55.828,10
Outras passivos correntes	18.10	967.034,17	664.872,79
Subtotal	-	1.248.016,07	930.649,45
Total do passivo	-	1.248.016,07	930.649,45
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	-	11.418.331,76	10.420.469,22

AROUCA, 12 de março 2026

A CONTABILISTA CERTIFICADA n.º 53645

A MESA ADMINISTRATIVA

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

Rua Dr. António Casimiro Leão Pimentel nº4 4540-132 AROUCA N.I.F. 501 289 623

Tel: 256 940 500

Fax: 256 940 508/9

E-mail: secretaria.nara@scmarouca.com

Visita-nos em: www.scmarouca.com



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	10	2.800.783,75	2.661.783,05
Subsídios, doações e legados à exploração	12 e 18.11	1.941.648,82	1.823.310,66
Variação nos inventários da produção	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(448.358,99)	(441.555,22)
Fornecimentos e serviços externos	18.12	(1.063.330,64)	(954.964,23)
Gastos com o pessoal	16	(3.057.072,34)	(2.806.437,69)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18.3	(9.795,92)	(14.074,44)
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-
Provisões específicas (aumentos/reduções)	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	-	-	-
Outros rendimentos	18.13	81.209,39	88.437,24
Outros gastos	18.14	(58.185,96)	(48.533,74)
	-		
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		186.898,11	307.965,63
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	(260.789,99)	(245.876,03)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(73.891,88)	62.089,60
Juros e rendimentos similares obtidos	10 e 18.15	19.356,80	36.885,20
Juros e gastos similares suportados	18.15	-	-
Resultados antes de impostos		(54.535,08)	98.974,80
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		(54.535,08)	98.974,80

AROUCA, 12 de março 2026

A CONTABILISTA CERTIFICADA n.º 53645

A MESA ADMINISTRATIVA

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE
AROUCA**



**ANEXO
AO BALANÇO
E
À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
Período 2025**

[Handwritten signatures in blue ink]



1. Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Arouca é uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos, com sede na Rua Dr. António Casimiro Leão Pimentel, n.º 4, em Arouca, constituída sob a forma de Irmandade da Misericórdia. O seu Compromisso foi publicado no Diário da República n.º 38 de 14/02/1990, Série III, e alterado, em 2015, em conformidade com o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei 172-A/2014, de 14 de novembro, e pela Lei n.º 76/2015, 28 de julho. Esta alteração foi aprovada pela autoridade eclesiástica competente, em 05/10/2015, e o seu registo foi lavrado pelo averbamento n.º 3, à inscrição n.º 02/88, a fls. 68 e 127 verso do Livro n.º 2 das Irmandades da Misericórdia e considera-se efetuado em 20/01/2016, nos termos do n.º 4 do artigo 9.º do Regulamento do Registo, aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de janeiro.

Desenvolve atividades nas áreas da ação social para idosos e crianças e da prestação de serviços de saúde.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. O Anexo II do referido Decreto refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI).

O Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março foi alterado pelos: Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho; Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho; Aviso 8259/2015, de 29 de julho.

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu, pela primeira vez, no período de 2012.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)



3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados, ao valor patrimonial tributável ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.1. Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo custo de aquisição. Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de

**3.1.1. Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" e "*Diferimentos*".

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexistência influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.



gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.2. Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital.

3.2.3. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	3
Propriedade Industrial	
...	
Outros Ativos intangíveis	

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.4. Investimentos financeiros

Na data de Balanço, a Entidade efetua uma avaliação aos valores mobiliários de cotação variável, que detenha sempre que existam indícios de imparidade.

3.2.5. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao custo de aquisição.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (*first in, first out*).



3.2.6. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

3.2.7. Fundadores /beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros encontram-se com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

3.2.8. Créditos a Receber e Outros Ativos Correntes

Os "Créditos a Receber" e as "Outros ativos correntes" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

**3.2.9. Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.2.10. Fornecedores e Outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros Passivos Correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.11. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.12. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.13. Financiamentos Obtidos**Empréstimos obtidos**

Os “Empréstimos Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos.

Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou



- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontrem na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.14. Estado e Outros Entes Públicos

A entidade está isenta de IRC em todas as atividades que desenvolve, nos termos do n.º 1 do artigo 10º do Código do Imposto sobre as Pessoas Coletivas.

A entidade está igualmente isenta de IVA, nos termos do artigo 9º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado. O IVA suportado em empreitadas, aquisição de equipamentos e aquisição de géneros alimentares é restituído à entidade nos termos do Decreto-Lei 20/90 de 13/1, alterado pelo Decreto-Lei n.º 238/2006 de 20/12.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não existem efeitos nas contas provocados por alterações de políticas contabilísticas, alterações nas estimativas ou erros.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público.

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2024, não ocorreram movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:



	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2024
Custo						
Bens imóveis	-	-	-	-	-	-
Arquivos	-	-	-	-	-	-
Bibliotecas	-	-	-	-	-	-
Museus	201.275,31	-	-	-	-	201.275,31
Bens móveis	3.736,00	-	-	-	-	3.736,00
...	-	-	-	-	-	-
Total	205.011,31	-	-	-	-	205.011,31

A verba apresentada em balanço retrata o investimento, em 2013, na reconstrução de um conjunto de casas rurais, no sentido de as converter no “Núcleo Museológico da Lavoura e do Linho”. Inclui também um monumento do século XVII - “Calvário da Misericórdia” e um conjunto de móveis, adquirido, em 2016, a um antiquário. Em 2018, foi incluído um conjunto de quatro cruzeiros em granito, existentes nas ruas da Vila, que constituem a Via Sacra, e fazem parte do monumento do século XVII - “Calvário da Misericórdia”.

Em 2025, não ocorreram movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”.

	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2025
Custo						
Bens imóveis	-	-	-	-	-	-
Arquivos	-	-	-	-	-	-
Bibliotecas	-	-	-	-	-	-
Museus	201.275,31	-	-	-	-	201.275,31
Bens móveis	3.736,00	-	-	-	-	3.736,00
...	-	-	-	-	-	-
Total	205.011,31	-	-	-	-	205.011,31

Não existiram perdas por imparidade no período de 2025, nem em períodos anteriores.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada, no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Período de 2025

	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2024
Custo						
Terrenos e recursos naturais	627.668,67	48.900,00	-	-	-	676.568,67
Edifícios e outras construções	6.790.511,41	106.369,34	-	-	-	6.896.880,75
Equipamento básico	1.752.674,86	38.054,75	(16.736,57)	-	-	1.773.993,04
Equipamento de transporte	332.080,33	922,50	-	(37.050,00)	-	295.952,83
Ferramentas e Utensílios	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	392.039,46	4.140,07	(1.121,14)	-	-	395.058,39
Outros Ativos fixos tangíveis	148.043,54	-	(573,72)	-	-	147.469,82
Activos fixos tangíveis em curso	73.422,03	984.263,16	-	-	-	1.057.685,19
Total	10.116.440,30	1.182.649,82	(18.431,43)	(37.050,00)	-	11.243.608,69
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2.123.478,23	158.428,97	-	-	-	2.281.907,20
Equipamento básico	1.366.169,42	59.842,82	(16.736,57)	-	-	1.409.275,67
Equipamento de transporte	239.339,64	21.144,43	-	(37.050,00)	-	223.434,07
Ferramentas e Utensílios	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	379.012,16	5.862,03	(1.121,14)	-	-	383.753,05
Outros Ativos fixos tangíveis	155.381,47	287,42	(573,72)	-	-	155.095,17
Activos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-
Total	4.263.380,92	245.565,67	(18.431,43)	(37.050,00)	-	4.453.465,16

	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2025
Custo						
Terrenos e recursos naturais	676.568,67	-	-	-	-	676.568,67
Edifícios e outras construções	6.896.880,75	61.571,00	-	2.481.978,26	-	9.440.430,01
Equipamento básico	1.773.993,04	132.987,33	(27.120,00)	-	-	1.879.860,37
Equipamento de transporte	295.952,83	58.562,06	-	-	-	354.514,89
Ferramentas e Utensílios	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	395.058,39	8.517,35	(1.820,53)	-	-	401.755,21
Outros Ativos fixos tangíveis	147.469,82	8.423,77	(3.605,84)	-	-	152.287,75
Activos fixos tangíveis em curso	1.057.685,19	1.428.301,17	-	(2.481.978,26)	-	4.008,10
Total	11.243.608,69	1.698.362,68	(32.546,37)	-	-	12.909.425,00
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2.281.907,20	169.065,31	-	(101,66)	-	2.450.870,85
Equipamento básico	1.409.275,67	65.697,97	(27.120,00)	357,56	-	1.448.211,20
Equipamento de transporte	223.434,07	18.511,50	-	-	-	241.945,57
Ferramentas e Utensílios	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	383.753,05	6.263,33	(1.820,53)	-	-	388.195,85
Outros Ativos fixos tangíveis	155.095,17	333,73	(3.605,84)	-	-	151.823,06
Activos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-
Total	4.453.465,16	259.871,84	(32.546,37)	255,90	-	4.681.046,53

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

Rua Dr. António Casimiro Leão Pimentel, n.º 4 4540 132 Arouca

NIF: 501 289 623

Registo na DGSS 28/9/1987, Livro 2 das Irmandades de Misericórdia sob o n.º2/88, fls 68



No que respeita aos movimentos nos ativos fixos tangíveis são de destacar os seguintes:

- **Edifícios e outras construções:** ampliação do parque de estacionamento do Hospital (12.488€), a remoção do parque infantil da Creche e substituição do seu piso (12.099,98€), a cobertura da varanda sul da ERPI (10.815€) e diversas obras de remodelação na UCC e na ERPI (33.855,05€). A conclusão, em novembro de 2025, da empreitada de remodelação e ampliação da ERPI, atingiu o valor de 2.474.290,73€, o qual além da empreitada, inclui despesas com projetos, fiscalização e coordenação de segurança em obra.
- **Equipamento básico:** para além do reforço de alguns equipamentos nas várias valências, destacam-se as aquisições de equipamentos de cozinha (60.591,03€), um ecógrafo para o Hospital (53.844,48€), e de equipamentos para os serviços de fisioterapia (2.455,81€) e cardiologia (1.668,04€).
- **Equipamento administrativo:** novo equipamento informático (1.094,97€) para a ERPI e para o Hospital (3.129,95€) e de mobiliário administrativo (3.473,53€).
- **Equipamento de transporte:** aquisição de uma viatura elétrica, ligeira de passageiros, de 9 lugares, adaptada ao transporte de pessoas com mobilidade reduzida (58.562,06€), financiada em 40.000€ pelo PRR – Mobilidade verde. Em termos de depreciações, de referir que esta viatura não foi depreciada em 2025, pois foi entregue no dia 31/12/2025, tendo sido iniciada a sua utilização apenas em 2026.
- **Ativos Fixos Tangíveis em curso:** o saldo reflete o valor investido nos projetos de arquitetura e/ou especialidades para a construção uma residência assistida (1.845€) e de uma valência de ensino pré-escolar (2.163,10€). Como já referido, foi concluída a empreitada de requalificação e ampliação da ERPI, tendo sido transferido esse saldo para a rubrica de Edifícios e outras construções.

Procedeu-se ao abate de diverso equipamento por desgaste ou avaria irreparável cujo valor de aquisição totalizava os 32.546,37€ e os quais estavam totalmente depreciados.

Investimentos Financeiros

No que concerne aos “Investimentos Financeiros”, espelha o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), que em 31/12/2025 apresentava o valor de 14.468,54€.

6. Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de “Ativos Intangíveis” do domínio público.

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:



	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2024
Custo						
Goodwill	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	30.428,60	919,90	(1.784,03)	-	-	29.564,47
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	30.428,60	919,90	(1.784,03)	-	-	29.564,47
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	30.424,85	310,36	(1.784,03)	-	-	28.951,18
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	30.424,85	310,36	(1.784,03)	-	-	28.951,18

Não existiram perdas por imparidade no período de 2024.

	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2025
Custo						
Goodwill	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	29.564,47	4.045,36	-	-	-	33.609,83
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	29.564,47	4.045,36	-	-	-	33.609,83
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	28.951,18	918,15	-	-	-	29.869,33
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	28.951,18	918,15	-	-	-	29.869,33

Os movimentos nos ativos fixos intangíveis referem-se à aquisição de um software ou aplicação informática de gestão das atividades de vida diária dos utentes da ERPI e de um sistema de cyber segurança.

Não existiram perdas por imparidade no período de 2025.



7. Locações

Em 31/12/2025 a Entidade não detinha qualquer contrato de locação financeira.

8. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Em 2025, a Entidade não detinha empréstimos bancários.

9. Inventários

Os valores da rubrica “*Matérias-primas, subsidiárias e de consumo*” se desdobram da seguinte forma:

- Matérias-primas: 4.960,80€;
- Matérias Subsidiárias e de consumo: 49.239,70€;
- Materiais Diversos: 7.543,75€, este valor refere-se a um donativo em géneros - vestuário de criança – de uma empresa têxtil à Entidade, em 2012, avaliado em 21.292,50€, o qual se destina a contribuir para o desenvolvimento de atividades futuras, tendo sido consumidos, em 2013, 1.262,25€, em 2014, 6.727,75€, em 2015, 178,50€, em 2016, 259,25€, em 2017, 170,00€, em 2018, 199,75€, em 2019 119,00€, em 2022 3.995,00€, por doação às crianças da Ucrânia. Em 2023, foi dada saída de 680€, dos quais 620,50€ por acerto de inventário e o restante para consumo na Creche. Em 2024, foram consumidos 157,25€. Não qualquer consumo, em 2025.

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2025 a rubrica “*Inventários*” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2024	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2024	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2025
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	52.291,85	448.246,11	(2.060,94)	56.921,80	459.668,67	(6.487,23)	61.744,25
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	52.291,85	448.246,11	(2.060,94)	56.921,80	459.668,67	(6.487,23)	61.744,25

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	441.555,22	448.358,99
Variações nos inventários da produção	-	-

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

Rua Dr. António Casimiro Leão Pimentel, n.º 4 4540 132 Arouca

NIF: 501 289 623

Registo na DGSS 28/9/1987, Livro 2 das Irmandades de Misericórdia sob o n.º2/88, fls 68



10. Rédito

Para os períodos de 2024 e 2025 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	2.800.783,75	2.661.783,05
Quotas dos utilizadores	1.018.037,17	1.073.444,87
Quotas e Jóias	2.620,00	2.520,00
Promoções para captação de recursos	-	-
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	-
Serviços secundários	1.780.126,58	1.585.818,18
Juros	19.356,80	36.885,20
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Outros rendimentos similares		

De referir que na conta 'Quotas dos utilizadores' constam as mensalidades de utentes das valências de serviços sociais, nomeadamente da Infância e Juventude (11.649,46€), Família e Comunidade (75.807,71€) e Terceira Idade (930.580,00€).

A conta 'Serviços Secundários' engloba, os serviços de saúde, nomeadamente os Internamentos, Consultas e serviços de enfermagem (605.274,68€), os Exames Auxiliares de Diagnóstico (416.441,65€) e os tratamentos de Fisioterapia (707.865,58€), Outros serviços de saúde (50.544,67€).

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2024 e 2025, não ocorreram variações relativas a provisões.

Passivos contingentes

Não existem passivos contingentes.

Ativos contingentes

Não existem ativos contingentes.



12. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2024 e 2025, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2025	2024
Subsídios do Governo	1.937.703,81	1.815.592,01
Centro Regional Segurança Social	1.535.045,37	1.418.918,93
Comparticipação da ARS	384.658,44	378.673,08
Comparticipação da SAD/PSP	-	-
IEFP	-	-
Autarquia	18.000,00	18.000,00
IAPMEI	-	-
POISE	-	-
Apoios do Governo	-	-
...	-	-
...	-	-

Na rubrica 'Centro Regional da Segurança Social' constam as comparticipações dos acordos das valências de serviços sociais, nomeadamente da Infância e Juventude (273.541,91€), Cantinas Sociais (5.061,84€), Terceira Idade (1.102.985,36€) e Unidade de Cuidados Continuados (153.456,26€).

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não existem efeitos de alterações das taxas de câmbio nos períodos de 2024 e 2025.

14. Imposto sobre o Rendimento

A entidade está isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) em todas as atividades que desenvolve, nos termos do n.º 1 do artigo 10º do Código do Imposto sobre as Pessoas Coletivas, e conforme o estipulado na Declaração da Direção-Geral das Contribuições e Impostos, publicada no Diário da República – III Série, n.º 194, de 24/8/1989.

15. Instrumentos financeiros

A 31/12/2025 a Entidade não possuía quaisquer instrumentos financeiros.



16. Benefícios dos empregados

Os Órgãos Diretivos ou Corpos Sociais desta Entidade, são voluntários e, portanto, não auferem qualquer remuneração, de acordo com o *Compromisso* e legislação aplicável às IPSS.

No ano de 2025, o número médio de pessoas ao serviço da Entidade foi de 152, ou seja, houve um aumento de 5 trabalhadores, comparativamente ao ano anterior que foi de 147.

Os gastos que a Entidade incorreu, com os funcionários, foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	2.507.193,78	2.286.744,85
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	512.747,99	472.176,21
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	21.319,79	20.419,65
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	15.810,78	27.096,98
Total	3.057.072,34	2.806.437,69

Os aumentos dos gastos com remunerações ao pessoal estão relacionados com o aumento do número médio de trabalhadores, o aumento do salário mínimo nacional de 820€ para 870€, o aumento de 5% nas remunerações acima do salário mínimo nacional, o aumento do subsídio de alimentação de 4,70€ para 5,10€, as diuturnidades adquiridas e as reclassificações efetuadas, no período de 2025.

17. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

18. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.



18.1. Enquadramento económico do período 2025

Em 2025, Portugal apresentou uma economia estável e em crescimento moderado, com inflação controlada, melhoria das contas públicas e bom desempenho relativo na Europa. Contudo, continua a enfrentar desafios estruturais ligados à produtividade, desigualdades sociais, envelhecimento da população e pressão no mercado da habitação.

No caso particular das Entidades do Setor Social, embora a inflação tenha abrandado, os efeitos acumulados dos anos anteriores continuam a pressionar os seus orçamentos, que dependem fortemente de financiamento público e das comparticipações dos utentes, que nem sempre são suficientes para cobrir as suas despesas. Outro desafio importante é a escassez de recursos humanos. As dificuldades em recrutar e reter profissionais, especialmente auxiliares de ação direta e técnicos especializados, devido aos horários de trabalho e aos salários relativamente baixos, praticados no setor social, contribuem para a alta rotatividade de trabalhadores e para a falta de mão-de-obra.

18.2. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2025, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2025	2024
Investimentos em subsidiárias	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em associadas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Outros Investimentos Financeiros	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)	14.468,54	14.468,54
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	14.468,54	14.468,54

18.3. Créditos a Receber

Para os períodos de 2024 e 2025 a rubrica “Créditos a Receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:



Descrição	2025	2024
Cientes e Utentes c/c	145.781,41	128.342,04
Cientes	43.594,90	36.569,34
Utentes	102.186,51	91.772,70
Cientes e Utentes títulos a receber	-	-
Cientes	-	-
Utentes	-	-
Cientes e Utentes factoring	-	-
Cientes	-	-
Utentes	-	-
Cientes e Utentes cobrança duvidosa	-	-
Cientes	-	-
Utentes	-	-
Total	145.781,41	128.342,04

Nos períodos de 2024 e 2025 foram registadas “Perdas por Imparidade”.

Descrição	2025	2024
Cientes	-	-
Utentes	(29.273,81)	(27.641,88)
Total	(29.273,81)	(27.641,88)

18.4. Outros Ativos Correntes

A rubrica “Outros Ativos Correntes” tinha, em 31 de dezembro de 2024 e 2025, a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Adiantamentos ao pessoal	-	-
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	16.036,37
Devedores por acréscimos de rendimentos	65.751,67	76.488,06
Outros instrumentos financeiros	-	-
Outros Devedores	1.098.437,90	956.706,66
Perdas por Imparidade	-	-
Total	1.164.189,57	1.049.231,09

A rubrica ‘Devedores por acréscimos de rendimentos’ inclui, entre outros, a faturação processada em janeiro de 2026, relativa ao mês de dezembro de 2025, da ADSE (3.233,26€), do internamento privado (18.754,25€) e da unidade de cuidados continuados (33.946€), os juros dos depósitos a prazo relativos a 2025, a receber em 2026 (1.444,44€), serviços prestados aos laboratórios de análises clínicas, relativos a 2025 a serem pagos em 2026 (8.115,66€), o rappel comercial atribuído por fornecedores (6.375,22€) bem como um acerto



às participações, feito pela Segurança Social, em janeiro de 2026, relativo ao mês de dezembro de 2025 (- 8.592,16€).

A rubrica 'Outros Devedores' reflete, fundamentalmente, as verbas que se encontram por receber do IGFSS (13.299,48€), do FRSS (1.583,12€), das Unidades Locais de Saúde (162.139,17€), da ADSE (10.244,14€), da ACSS (50.647,92€), do Município de Arouca (5.722,18€) e do Instituto da Segurança Social, pelos projetos:

- PARES 3.0 (76.322,92€)
- Mobilidade Verde – aquisição de viaturas elétricas (23.500€)
- Requalificação para ampliação da capacidade da ERPI (745.450€)

18.5. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2025, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a reconhecer		
Despesas com custo diferido	15.352,54	13.067,51
...	-	-
...	-	-
Total	15.352,54	13.067,51
Rendimentos a reconhecer		
Quotas	30,00	50,00
Donativos em géneros	7.543,75	7.543,75
Outros	46.798,66	48.234,35
Total	54.372,41	55.828,10

A rubrica 'Outros Rendimentos a Reconhecer' reflete a retenção de garantia da empreitada de construção do edifício do Hospital (46.798,66€) que está a ser reconhecida como rendimento na medida da depreciação desse ativo. O valor do donativo em géneros refere-se ao vestuário de criança (7.543,75€), recebido em 2012, que está a ser reconhecido à medida que é consumido, conforme já referido no ponto 9 – Inventários.

18.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2024 e de 2025, encontrava-se com os seguintes saldos:



Descrição	2025	2024
Caixa	55.479,82	58.358,68
Depósitos à ordem	620.306,39	688.607,69
Depósitos a prazo	900.000,00	1.350.000,00
Outros	-	-
Total	1.575.786,21	2.096.966,37

O valor em caixa, em 31/12/2025, inclui uma verba (52.402,28€) que pertence aos utentes mas que está à guarda da Entidade.

18.7. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2025	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2025
Fundos	148.895,87	-	-	148.895,87
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	981.375,44	-	-	981.375,44
Resultados transitados	4.819.175,14	98.974,80	-	4.918.149,94
Excedentes de revalorização	95.804,26	-	-	95.804,26
Outras variações nos fundos patrimoniais	3.345.594,26	799.950,00	64.919,00	4.080.625,26
Total	9.390.844,97	898.924,80	64.919,00	10.224.850,77

- **Conta “Resultados Transitados”**: pela afetação do Resultado Líquido, do período de 2024, (98.974,80€)

- **Conta “Outras Variações nos Fundos Patrimoniais”**: diminuiu pela imputação dos subsídios ao investimento e das doações (64.919€) e aumentou pela doação de 30 camas hospitalares (3.000€) e pelo reforço dos subsídios ao investimento, nomeadamente do PRR – Mobilidade Verde (51.500€) e do PRR – Alargamento da Capacidade da ERPI (745.450€).

18.8. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	146.146,33	141.745,31
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	146.146,33	141.745,31



18.9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	33.152,77	93.345,62
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	33.152,77	93.345,62
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	14.760,49	11.777,13
Segurança Social	65.459,76	55.990,59
Outros Impostos e Taxas	242,91	435,53
Total	80.463,16	68.203,25

18.10. Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros Passivos Correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	179.504,89	-	24,68
Remunerações a pagar	-	179.504,89	-	24,68
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	193.982,16	-	170.604,08
Credores por acréscimos de gastos	-	430.398,58	-	390.737,47
Outros credores	-	163.148,54	-	103.506,56
	-	-	-	-
Total	-	967.034,17	-	664.872,79

Nas ‘Remunerações a pagar’ está refletido o valor as remunerações do mês de dezembro de 2025 cujo pagamento só se concretizou no início de janeiro de 2026.



O valor constante da rubrica 'Credores por acréscimos de gastos' corresponde sobretudo às estimativas de férias e subsídios de férias de 2025, a pagar em 2026 (424.988,60€).

Quanto ao valor da rubrica 'Outros Credores' reflete, fundamentalmente, os valores que pertencem aos utentes, mas se encontram à guarda da Entidade (52.402,28€) e o reforço de caução retido ao empreiteiro RUCE – Construção e Engenharia, S.A. (101.172,85€) e à empresa ROF, Lda (4.648,58€), bem como as cauções retidas aos utentes do internamento privado (4.401,80€).

18.11. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2024 e de 2025, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Subsídios do Governo	1.937.703,81	1.815.592,01
Centro Regional Segurança Social	1.535.045,37	1.418.918,93
Comparticipação da ARS	384.658,44	378.673,08
Comparticipação da SAD/PSP	-	-
IEFP	-	-
Autarquia	18.000,00	18.000,00
IAPMEI	-	-
POISE	-	-
Apoios do Governo	-	-
Total	1.937.703,81	1.815.592,01

Descrição	2025	2025
Subsídios de outras entidades	-	-
Doações	3.945,01	7.718,65
Heranças	-	-
Legados	-	-
Total	3.945,01	7.718,65

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.



18.12. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2025, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	741.690,04	657.525,26
Materiais	35.147,21	33.819,94
Energia e fluidos	209.091,94	183.344,99
Deslocações estadas	914,85	697,65
Comunicações	10.321,68	9.765,20
Seguros	13.543,78	12.465,95
Outros fornecimentos	52.621,14	57.345,24
	1.063.330,64	954.964,23

O valor constante da rubrica ‘Serviços Especializados’ corresponde, fundamentalmente, a honorários de prestadores de serviços (616.568,75€), gastos com a conservação e reparação de equipamentos (57.609,06€), trabalhos especializados (57.087,87€), serviços bancários (2.195,34€).

A rubrica “Outros fornecimentos” inclui gastos com rendas e alugueres, de gases medicinais e impressoras (20.344,86€), e gastos com serviços gerais (27.140,61€).

18.13. Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares	11.496,04	11.478,28
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	5,06
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	4.500,00
Outros rendimentos e ganhos	69.713,35	72.453,90
Total	81.209,39	88.437,24



A subconta 'Outros rendimentos' reflete fundamentalmente a imputação dos subsídios aos investimentos (63.457,00€) e dos AFT doados à Entidade (1.462,00€), as quais são feitas, anualmente, na proporção das depreciações dos ativos fixos tangíveis financiados, e a indemnização de colaboradores, por falta do aviso prévio contratado (2.611,98€).

18.14. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	3.686,69	2.274,04
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	664,76	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	1.000,00
Outros Gastos e Perdas	53.834,51	45.259,70
Total	58.185,96	48.533,74

A subconta 'Outros gastos e perdas' reflete, fundamentalmente, as correções relativas a exercícios anteriores (646,77€), os donativos à Paróquia (896€), as quotizações (3.800€), despesas com funerais de utentes (6.000€) e insuficiência de estimativa de férias e subsídio de férias (41.796,24€).

18.15. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2025 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	-	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	-	-
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	19.356,80	36.885,20
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	19.356,80	36.885,20
Resultados financeiros	19.356,80	36.885,20



18.16. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram objeto de Certificação Legal de Contas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – Armando Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, Lda.

Arouca, 12 de março de 2026.

A Mesa Administrativa

O Provedor

(Victor F. G. Brandão)

O Vice-Provedor

(António M. M. Martingo Pato)

O Tesoureiro

(Alfredo B. Martins)

O Secretário

(António T. de Melo)

O Vogal

(Celso C. Soares)

O Vogal

(Ilídio P. L. S. Ferreira)

O Vogal

(Ana M. D. Teixeira)

A Contabilista Certificada n.º 53645

(Manuela C. C. Gonçalves)

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

Rua Dr. António Casimiro Leão Pimentel, n.º 4 4540 132 Arouca

NIF: 501 289 623

Registo na DGSS 28/9/1987, Livro 2 das Irmandades de Misericórdia sob o n.º2/88, fls 68

ANEXO À ATA N.º 1/2026, de 13 de março, do Conselho Fiscal da SCMA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

De harmonia com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 31º do Compromisso desta Santa Casa, cumpre-nos dar parecer sobre o Relatório e Contas de Gerência do ano 2025.

Examinámos o Relatório e as Contas de Gerência, as quais incluem o Balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 11.418.331,76€ e um total de fundos patrimoniais de 10.170.315,69€, incluindo um resultado líquido negativo de 54.535,08€, a Demonstração de resultados por naturezas, a Demonstração das alterações dos fundos patrimoniais, a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo.

Concluímos que o Relatório e Contas de Gerência referentes ao período de 2025 e as demonstrações financeiras referidas, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Santa Casa da Misericórdia de Arouca, em 31 de dezembro de 2025, em conformidade com os princípios contabilísticos constantes do Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março (NCRF-ESFL), atestada pela Certificação Legal de Contas.

Entendemos que a análise efetuada proporciona uma base aceitável para expressão do nosso parecer:

- Que seja aprovado o Relatório e Contas de Gerência referentes ao período que findou em 31 de dezembro de 2025.

Arouca, 13 de março de 2026

O Presidente


(Manuel Brandão Duarte)

O Vice-Presidente


(Floriano de Pinho Duarte)

O Secretário


(Fernando Augusto Soares)



ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA**, (a Entidade) que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2025 (que evidencia um total de 11.418.332 euros e um total de fundos patrimoniais 10.170.316 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 54.535 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA** e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:



ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS.

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;



ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS.

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Vila Nova de Gaia, 05 de março de 2026

ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

representada por

(Carlos Manuel Pereira da Silva, R.O.C. nº 820
registado na CMVM com o n.º 20160448)